

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Crédito para a Agricultura Familiar

Período de Análise: abril de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Agricultores da Região Norte poderão renegociar suas dívidas – MDA – 07/04/2010	3
Cassel: Mais Alimentos passa a ser política pública permanente – MDA – 26/04/2010	3
Bradesco pretende ampliar em 20% seus desembolsos de crédito rural em 2010/11 – Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 28/04/2010	5
Cai inadimplência no setor de máquinas – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 28/04/2010	6
Novas regras para apoiar a comercialização da safra – Valor Econômico – Agronegócios – 30/04/2010	8

Agricultores da Região Norte poderão renegociar suas dívidas – MDA – 07/04/2010

07/04/2010 17:44

Agricultores da Região Norte poderão prorrogar e obter descontos para liquidação de operações de crédito rural contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). O decreto 7.137 foi publicado no último dia 1º, no Diário Oficial da União (DOU). Estima-se que aproximadamente 61 mil contratos poderão ser renegociados.

Poderão renegociar até 30 de junho os agricultores que estejam em situação de inadimplência e que tenham operações de crédito rural contratadas até 28 de fevereiro de 2004, com recursos do FNO, ao amparo do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo Vegetal (Prodex) e do Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Organizada (Prorural).

Já para os financiamentos pelo FNO-Especial a renegociação só é válida até 30 de junho para as operações contratadas até 31 de dezembro de 2003.

Para renegociar, basta o agricultor procurar uma agência do Banco da Amazônia (Basa) e efetuar o pagamento de 1% do saldo devedor vencido ajustado. Para aqueles que queiram liquidar sua dívida, serão concedidos descontos calculados sobre o valor total da dívida atualizada.

Acesse anexo para ver os descontos para liquidação da operação em 2010 ou 2011.

Cassel: Mais Alimentos passa a ser política pública permanente – MDA – 26/04/2010

26/04/2010 18:56

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, anunciou nesta segunda-feira, 26, na abertura da 17ª Agrishow - Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação, em Ribeirão Preto (SP), que o [Programa Mais Alimentos](#) passará a ser uma política pública permanente. "Em primeira mão, quero dar uma boa notícia: o presidente Lula me autorizou a anunciar que o Programa Mais Alimentos está perenizado. Agora não será mais anual, mas sim uma política pública permanente de Estado. E a linha de crédito será ampliada."

Cassel destacou que o Mais Alimentos é um programa de sucesso porque contempla crédito, assistência técnica, seguro agrícola e comercialização. E salientou que a parceria entre a agricultura familiar e a indústria tem permitido avanços na

modernização das unidades produtivas familiares e a superação de gargalos de produção, armazenamento e distribuição. “Hoje temos um rural pujante, capaz de produzir alimentos para garantir a segurança alimentar”, disse o ministro.

Dirigindo-se a Cassel, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Wagner Rossi, afirmou: "Aqui está um ministro que é responsável por uma revolução, que fez com que o pequeno agricultor voltasse a produzir com o Programa Mais Alimentos. Ele está provocando a modernização do campo e aumentando a produção de alimentos". A importância do Mais Alimentos foi reforçada pelo vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), João Carlos Marchezan. “Quando o presidente Lula lançou o Programa, não imaginava a magnitude que ele tem hoje”.

Este ano, a agricultura familiar conta pela primeira vez com um espaço próprio na Agrishow. A área de 1.800 m² recebeu a visita do ministro Guilherme Cassel após a abertura oficial da feira. No espaço estão expostos produtos financiados pelo Mais Alimentos, entre os quais tratores, veículos de carga leves, máquinas, implementos agrícolas e equipamentos de irrigação e armazenagem. São cerca de 50 expositores ligados à Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), à Abimaq, ao Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul (Simers) e à Associação Nacional dos Fabricantes de Equipamentos Avícolas e Suinícolas (Anfeas).

No Espaço do MDA estão presentes os parceiros industriais (Anfavea, Abimaq e Simers) e institucionais do Programa – Banco do Brasil, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp) e órgãos do estado de assistência e extensão rural. Nestes espaços serão fornecidas informações sobre produtos e financiamentos.

O Programa

O Mais Alimentos é uma linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destinada a modernizar as unidades produtivas da agricultura familiar. O limite de crédito por agricultor é de R\$ 100 mil, que podem ser pagos em até dez anos, com até três anos de carência e juros de 2% ao ano. Os financiamentos contemplam projetos associados à produção açafrão, arroz, café, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, sorgo e trigo, além das atividades de fruticultura, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.

O alcance desta iniciativa foi ampliado pelo acordo firmado pelo MDA com a Anfavea, a Abimaq e o Simers, que garantem descontos de até 17,5% nos preços dos motocultivadores e tratores da linha agricultura familiar e de até 15% nos demais produtos.

Participaram também da solenidade de abertura da Feira a prefeita de Ribeirão Preto, Dárcy Vera; o presidente da Agrishow, Cesário Ramalho; o secretário estadual da Agricultura e Abastecimento, João de Almeida Sampaio; o vice-presidente do Banco do Brasil, Carlos Guedes Pinto; o diretor do Departamento de

Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas, Roberto Rodrigues; o presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp), Brás Albertini; o presidente da Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas, Celso Casale; o presidente da Câmara Setorial de Equipamentos de Irrigação, Antonio Alfredo Mendes; o presidente da Abimaq, Luiz Albert Neto; e o presidente da Associação Brasileira de Agrobusiness, Carlo Lovatelli.

Bradesco pretende ampliar em 20% seus desembolsos de crédito rural em 2010/11 – Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 28/04/2010

Com cerca de 35% de participação nos desembolsos de crédito rural realizados pelos bancos privados no país, o Bradesco pretende elevar em 20% o volume de liberações nesta frente na próxima safra. Se confirmada a expectativa, serão R\$ 7 bilhões para custeio e investimentos em 2010/11, ante entre R\$ 5,8 bilhões e R\$ 6 bilhões previstos para esta temporada 2009/10, que já está na reta final. É um incremento semelhante ao projetado pelo estatal Banco do Brasil, líder absoluto nesse mercado.

De acordo com Osmar Roncolato, diretor do Departamento de Empréstimos e Financiamentos do Bradesco, que nos desembolsos de crédito rural só perde para o BB, diz que a projeção do banco para a agricultura é de continuidade do aumento da produção, por isso a manutenção do crescimento do crédito. No ano-agrícola 2009/10, o Bradesco aplicou 30% mais do que no ciclo 2008/09. Segundo Roncolato, além da expansão da própria atividade, o desempenho foi alavancado pelo aumento do percentual compulsório de depósitos à vista dos bancos, que passou de 25% para 30%.

Atualmente, a carteira rural do Bradesco (incluindo custeio e investimento) é de R\$ 12 bilhões, ou 7% de todo o crédito concedido pelo banco no país. Desse total, o custeio rural representa R\$ 8,5 bilhões. A diferença fica sobretudo com as linhas de investimentos voltadas à aquisição de máquinas e implementos agropecuários. "Também consideramos no nosso item ' custeio ' parte dos investimentos da pecuária, como aquisição de matrizes e gado para cria e engorda. Este segmento está crescendo bastante", diz.

Com uma agressiva estratégia de presença física por meio de seus postos de atendimento, o Bradesco mantém agências em todos os principais municípios agrícolas do país. "Estamos com agências em todas as fronteiras agrícolas e atuamos com crédito rural há muitas décadas", afirma o executivo. As regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste respondem por 80% das operações rurais da instituição; soja, cana e cooperativas são os principais alvos do banco no agronegócio.

Apesar de BB e Bradesco liderarem os desembolsos de crédito rural, as diferenças de valores são expressivas. O salto de 20% projetado pelo Banco do Brasil

na agricultura empresarial significa aumento de R\$ 30,1 bilhões, em 2009/10, para R\$ 36,1 bilhões em 2010/11. No total, o Plano de Safra do governo federal para o próximo ciclo deverá contar com R\$ 100 bilhões para a agricultura empresarial. Para agricultura familiar, os desembolsos do BB devem subir de R\$ 9,4 bilhões para R\$ 11,2 bilhões na comparação. No total, o BB deve liberar na próxima safra R\$ 47,3 bilhões, aumento de 19%.

O banco Santander, que detém 15% dos desembolsos dos bancos privados, está em período de silêncio e deverá divulgar suas projeções para esse mercado na sexta-feira. Mas, segundo o superintendente de Agronegócios do banco, Walmir Segatto, diante das limitações dos depósitos à vista para ampliar o crédito rural, o banco busca oferecer aos clientes do campo um atendimento diferenciado para tentar adequar as demandas do produtor às linhas que oferece. "Temos a limitação de 30% do depósito à vista, mas atendemos com um pacote de Cédula de Produto Rural (CPR) e linhas de investimento. Como uma consultoria, conseguimos aplicar a melhor estratégia ao produtor", afirma o executivo.

Cai inadimplência no setor de máquinas – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 28/04/2010

O setor de máquinas e equipamentos agrícolas comemora a volta dos bons pagadores. Embalados por preços em alta, margens razoáveis e a urgência em renovar a frota de tratores e colheitadeiras, os produtores rurais reduziram antigos níveis de inadimplência nos bancos e provocaram uma forte elevação nas operações de investimento rural.

A nova febre de investimentos no campo, ancorada no uso mais intensivo de tecnologia, reflete diretamente o bom desempenho da renda agrícola nos últimos quatro anos. Nos primeiros quatro meses de 2010, a inadimplência nas parcelas da dívida superou 90% nas regiões Sul e Sudeste, segundo levantamento da consultoria Agroconsult em parceria com bancos públicos e privados. Em 2009, esse índice não alcançava 70%. Nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, onde foi mais severa a crise de renda de 2006 a 2008, os bons pagadores somaram 80%. No ano passado, não passaram de 50%.

"Vivemos um momento muito favorável", afirma o consultor André Pessôa, da Agroconsult. "Há recursos a taxas atraentes no PSI [4,5% ao ano], confiança no negócio, e a soja está acima de US\$ 10 o bushel lá fora [na bolsa de Chicago]",

explica ele. Daí, o novo ânimo dos produtores. "Os bancos voltaram a financiar porque estão recebendo as contas antigas. Quem pagou ou renegociou está tendo financiamento mais fácil", diz Pessôa.

Nos primeiros nove meses da atual safra 2009/10, os bancos registraram um aumento de 103% nos desembolsos de crédito nas três principais linhas administradas pelo BNDES - Moderfrota, Proger e PSI. O volume de recursos liberados chegou a R\$ 3,6 bilhões até março. Na safra passada, as operações somavam R\$ 1,77 bilhão na mesma época.

Os juros baixos e o amplo período de carência e amortização reanimaram o setor rural após a longa crise iniciada em 2006. Mas há problemas em algumas regiões do país, sobretudo no norte de Mato Grosso, onde a infraestrutura e a logística estão cada vez mais deterioradas por falta de ação dos governos. "Em algumas áreas a produtividade foi mais baixa. Principalmente, na soja plantada mais cedo", admite André Pessôa. "Mas a comercialização pode ter salvado isso lá".

A situação crítica de regiões menos favorecidas levou ontem um grupo de senadores a pedir a suspensão dos pagamentos da linha de investimento Finame Especial do BNDES. "Os produtores não podem ser condenados a esse pagamento perpétuo porque renegociações passadas foram mal feitas", disse o presidente da Comissão de Agricultura do Senado, Valter Pereira (PMDB-MS).

Acostumado a rejeitar os pedidos de renegociação dos produtores quando representava o Ministério da Fazenda nas discussões, o secretário-executivo do Ministério da Agricultura, José Gerardo Fontelles, adotou o mesmo tom dos senadores. "Com a dívida passada e corrente não dá para o produtor pagar", disse ele. "Com a renda gerada pelos preços das commodities, principalmente em Mato Grosso, não dá para o produtor pagar".

Ao lado do diretor de Agronegócios do Banco do Brasil, José Carlos Vaz, o secretário apontou uma dívida de R\$ 30 bilhões em programas de investimentos. "Por isso, precisamos dar um tempo, um intervalo de, digamos, dois anos", afirmou ao pedir corte nos juros de investimento. Fontelles disse aos senadores que o governo precisa "tirar a dívida do cotidiano" dos produtores sob pena de estimular um processo de concentração da propriedade das terras.

"Em Mato Grosso, 25% das terras mudaram de mãos nos últimos anos. A dívida concentra a propriedade". Para ele, não há capacidade de financiamento. "Com ativo comprometido, não tem crédito", resumiu o secretário-executivo do ministério.

Novas regras para apoiar a comercialização da safra – Valor Econômico – Agronegócios – 30/04/2010

O governo decidiu alterar as regras para a concessão de subsídios à comercialização da atual safra de grãos. Após prolongadas negociações entre os ministérios da Fazenda e da Agricultura, o governo resolveu promover leilões regionalizados dos prêmios de comercialização, com valores diferentes para cada região produtora do país.

O ministro da Agricultura, Wagner Rossi, informou que os valores das subvenções serão estabelecidos de acordo com a distância das regiões produtoras, fixas e proporcionais - e não mais apenas por Estados. "Fizemos um acordo perfeito. Cedemos de um lado e a Fazenda cedeu de outro. O modelo anterior mantinha desigualdades", diz. "Agora, o norte de Mato Grosso, por exemplo, terá mais do que o centro ou o sul do Estado". A política oficial inclui subsídios diretos ao produtor (Pepero e Prop) e equalização dos custos do frete (PEP).

O primeiro leilão dentro das novas regras será no início de maio para 1 milhão de toneladas de milho. "A metade será em Mato Grosso", diz Rossi. O governo terá "atenção especial" com as cotações do milho no Estado. "Vamos entrar forte em milho. Faremos isso em todo o país".

O acordo permitiu a inclusão de milho, arroz e feijão nos primeiros leilões de apoio à comercialização do ano-safra 2009/10. Trigo e algodão estão fora dos planos iniciais do governo. O orçamento da Agricultura para apoiar a venda da safra recorde de grãos, fibras e cereais soma R\$ 5,2 bilhões.

As conversas no governo também levaram à definição sobre o pagamento dos subsídios. O Ministério da Fazenda insistiu em um novo modelo para garantir transparência aos prêmios públicos. Por isso, produtores vinculados a cooperativas terão o mesmo tratamento dispensado aos demais beneficiários. "A cooperativa era tratada no âmbito privado e isso não nos permitia saber quem eram os beneficiados", diz. A partir de agora, os pagamentos serão feitos "um por um" no CPF de cada produtor. "Esse é um entendimento do próprio Tribunal de Contas da União".

Para iniciar o pagamento de prêmios é necessária a publicação de uma portaria interministerial de equalização. Rossi informa que a portaria está em fase final de revisão na consultoria jurídica do Ministério do Planejamento. "Mas até a próxima semana tudo estará resolvido". A demora nas discussões tem preocupado os produtores, que veem desabar os preços de algumas commodities, sobretudo o milho. Em regiões mais distantes de Mato Grosso, a saca estava abaixo de R\$ 8 enquanto o preço mínimo oficial é de R\$ 13,50. (MZ)